

CONJUNTURA

Concessão de crédito pode sofrer arrefecimento

Endividamento é o grande "vilão"

ALINE LUZ

A elevação das concessões de crédito durante os últimos meses deve desacelerar em 2009, principalmente para pessoa física. A previsão de especialistas é justificada não só pelo aumento do endividamento das famílias neste ano, mas também pelas medidas adotadas pelo governo para conter a inflação. O encarecimento dos financiamentos, seja pelo aperto monetário ou pelo crescimento da inadimplência, deve inibir ainda mais as operações que já têm

ritmo de crescimento menor em 2008.

Segundo Pesquisa de Projeções e Expectativas de Mercado feita pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), 38% dos bancos ouvidos avaliam que existem sinais de reversão da demanda por crédito em 2009. Já para 2008, a previsão segue positiva. Ela aponta para alta de 26,67% nas operações de crédito para pessoas físicas e de 25,39% para pessoas jurídicas neste ano.

Entre os motivos para a reversão em 2009 estariam a alta na taxa de juros e a inadimplência. Quase metade (42%) dos bancos entrevistados prevê aumento da inadimplência já em 2008.

De acordo com o Indicador Serasa, nos cinco primeiros meses de 2008, houve aumento de 5,9% na inadimplência dos consumidores em comparação com igual período de 2007. De maio de 2008 a maio de 2007, cresceu 3%.

Inadimplência - O economista da LCA Consultoria,

Raphael Castro, acredita que a tendência é de que o índice de inadimplência entre os tomadores de crédito aumente. "A justificativa é muito simples. Como os alimentos estão tendo elevação nos preços, a renda do consumidor passa a ficar mais comprometida com esses itens de primeira necessidade. Como o orçamento familiar quase nunca está preparado para gastos a mais, algum compromisso vai ficar sem pagamento", explicou.

Castro disse que a elevação na taxa básica de juros para conter as pressões inflacionárias deve fazer com que haja uma desaceleração no ritmo de crescimento do volume de crédito concedido a pessoas físicas. "O aumento da Selic encarece a captação dos agentes de

crédito e, conseqüentemente, os juros dos financiamentos. O próprio crescimento da inadimplência eleva as taxas de risco praticadas pelas operadoras de crédito", afirmou.

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Altamir Lopes, disse que apesar da elevação do índice de concessão de crédito, a tendência é de acomodação dos financiamentos para pessoas físicas.

De acordo com o BC, o volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional chegou a R\$ 1,044 trilhão em maio, o que equivale a 36,5% da soma de bens e serviços produzidos no país, o Produto Interno Bruto (PIB).

"Estamos observando, principalmente quando se excluem as operações de *leasing* destinadas à aquisição de veículos, que há uma certa



Volta do "dragão" da inflação reflete sobre os preços do aluguel e, principalmente, dos alimentos

Falta de planejamento favorece "calote"

Não há porque alimentar essa amplificação das pressões inflacionárias. Essa é a opinião do professor da Universidade de Guarulhos, Antônio Cândido Azambuja. Ele acredita que o aumento da inadimplência entre os tomadores de crédito é uma consequência do ritmo de crescimento dos volumes financiados. "É a ordem natural, quanto maior a base de pessoas tomando crédito, maior também será o nível de calotes", avaliou.

O professor da Faculdade Ibmec Alexandre Moreira Galvão disse que os empréstimos de longo prazo são feitos de forma irresponsável. Segundo ele, não há garantias de que daqui a quatro, cinco anos o emprego estará garantido ou se os custos sofrerão reajustes.

"Normalmente as pessoas não colocam no orçamento a manutenção com o veículo, que acaba demandando parte da renda ou mesmo a compra de mobiliário para a casa. Coloca-se na conta somente o valor da prestação e, quase nunca, leva-se em consideração imprevistos. As pessoas não costumam ter um planejamento de longo prazo", avaliou.

De acordo com Galvão, o ideal é que se tenha uma reserva ou mesmo que se dê uma entrada para reduzir o valor das parcelas do financiamento. "Quanto menor o prazo, mais fácil fica o planejamento e menores são os riscos", analisou.

Ele informou que, se não houver restrição nos prazos ou nos juros, o impacto da utilização do crédito, principalmente para a população de baixa renda, que não costuma avaliar as taxas cobradas nem o valor total do bem, mas apenas se a parcela cabe no bolso, será negativo. "A redução do poder de compra e, conseqüentemente, do consumo pode gerar uma desaceleração na economia. A elevação dos preços dos alimentos pode acelerar esse processo", observou.

Para o economista Carlos Alberto Alvim, o crescimento da inadimplência ocorreu pelo maior endividamento da população, do aumento da inflação e dos juros. Outros fatores que tam-

bém contribuíram, segundo ele, foram os juros altos cobrados pelo cheque especial e pelos cartões de crédito.

"Com a elevação da inflação houve aumento do aluguel e, principalmente, dos alimentos. Muitas vezes não sobra dinheiro para pagar as dívidas", analisou.

Para Alvim, ainda há possibilidade de a inadimplência aumentar, porém o comportamento do emprego e da renda no país serão decisivos para que isso ocorra ou não. Segundo ele, ambos são responsáveis pelo aumento ou perda do poder aquisitivo da população.

O vice-presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), José Arthur Assunção, diz que o número de devedores teve oscilação de elevação e que a tendência é de aumento. "Pelo que a gente está vendo ainda vai piorar", diz Assunção. "Vem baixando há dois anos, mas há dois meses sobe. Preocupa essa percepção do aumento da inflação".

(AL)

De acordo com Galvão, o ideal é que se tenha uma reserva ou mesmo que se dê uma entrada para reduzir o valor das parcelas do financiamento. "Quanto menor o prazo, mais fácil fica o planejamento e menores são os riscos", analisou.

Ele informou que, se não houver restrição nos prazos ou nos juros, o impacto da utilização do crédito, principalmente para a população de baixa renda, que não costuma avaliar as taxas cobradas nem o valor total do bem, mas apenas se a parcela cabe no bolso, será negativo. "A redução do poder de compra e, conseqüentemente, do consumo pode gerar uma desaceleração na economia. A elevação dos preços dos alimentos pode acelerar esse processo", observou.

Para o economista Carlos Alberto Alvim, o crescimento da inadimplência ocorreu pelo maior endividamento da população, do aumento da inflação e dos juros. Outros fatores que tam-

bém contribuíram, segundo ele, foram os juros altos cobrados pelo cheque especial e pelos cartões de crédito. "Com a elevação da inflação houve aumento do aluguel e, principalmente, dos alimentos. Muitas vezes não sobra dinheiro para pagar as dívidas", analisou. Para Alvim, ainda há possibilidade de a inadimplência aumentar, porém o comportamento do emprego e da renda no país serão decisivos para que isso ocorra ou não. Segundo ele, ambos são responsáveis pelo aumento ou perda do poder aquisitivo da população. O vice-presidente da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), José Arthur Assunção, diz que o número de devedores teve oscilação de elevação e que a tendência é de aumento. "Pelo que a gente está vendo ainda vai piorar", diz Assunção. "Vem baixando há dois anos, mas há dois meses sobe. Preocupa essa percepção do aumento da inflação".

(AL)

desaceleração na taxa de crescimento do volume de crédito", disse. Lopes informou, ainda, que o crédito para pessoa física, excluídas as operações de *leasing*, cresceu 1,4%, o que, segundo ele, é uma taxa baixa.

De acordo com Lopes, há uma clara acomodação no

crédito para pessoa física, principalmente o crédito pessoal. Mas, há uma elevação no crédito para pessoa jurídica. "Neste caso, a característica é a captação de grandes empresas, que estão deixando as operações de mercado de capitais (ações) para buscar crédito no sis-

tema financeiro, que se torna mais atrativo com a elevação da Selic", avaliou.

Ele acredita que pode haver mais algum aumento das taxas por conta das elevações da Selic, atualmente em 12,25% ao ano, em 2008. Mesmo com essas mudanças, Lopes mantém, pelo menos

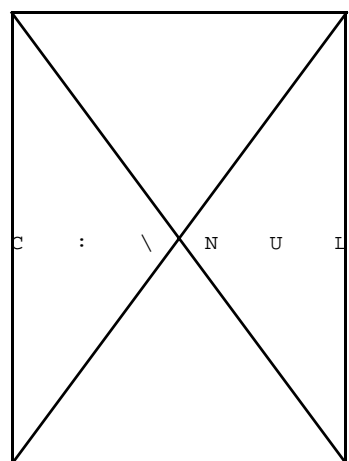
por enquanto, a projeção de crescimento do volume de crédito em relação ao PIB de 40% no ano. "Até porque essa nova composição que estamos observando garante essa relação crédito-PIB de 40%. Evidentemente, isso é uma projeção que pode ser revista", explicou.

Idéias

Juro alto não significa frear o crescimento?

RICARDO PEREIRA*

Não adianta fugir, o debate que cerca a volta da inflação continua pautando o noticiário econômico. Não é pra menos, já que todos concordam que inflação é sinônimo de perda de poder de compra, além de ser o principal fator de risco para a estabilidade econômica do país. Nestes momentos, muitos governos costumam trocar os pés pelas mãos tentando criar "planos milagrosos".



Nos últimos dias, foram dados mais alguns sinais de que o Banco Central (BC) manterá a política de ajuste na taxa de juros como instrumento chave para o controle da alta dos preços. Alguns analistas já falam que a Selic pode chegar a 16%. Vale salientar que tudo que se faz agora para combater a inflação dificilmente apresentará resultado ainda este ano. Por enquanto, é consenso que o teto da meta de inflação para 2008, de 6,5%, não será ultrapassado. Mas há o pior cenário, que mostra que a alta pode ser de 7%.

"Nas atuais circunstâncias domésticas, existe o risco de que os agentes econômicos passem a atribuir maior probabilidade de que elevações da inflação sejam persistentes, o que implicaria em redução da eficácia da política monetária" (Henri-

que Meirelles, presidente do BC)

O "X" da questão é entender até que ponto o aumento dos juros gerais da economia conterá uma inflação oriunda da alta dos preços das commodities, alçada à estratosfera financeira pela alta procura de algumas matérias primas como o petróleo, alguns minérios e alimentos — cuja busca elevada vem sendo causada pela estabilidade e crescimentos dos países emergentes.

Juro alto não significa frear o crescimento?

Acredito que a ação do BC de elevar os juros acerta em cheio o crescimento do país, limitando e encarecendo (ainda mais) o crédito e a procura interna pelos bens de consumo. E, sim, esta estratégia bate de frente com algumas indústrias, como a automobilística e a de construção civil.

Sinal de alerta, portanto,

porque nos últimos anos o brasileiro absorveu com facilidade a política de crédito fácil — e mais caro —, criando o péssimo hábito nas pessoas de comprar tudo em parcelas a perder de vista. É bem verdade que o brasileiro tomou gosto pelo consumo. Mas onde fica o planejamento financeiro?

Assim, ter algo fora do seu padrão de pagamento à vista tornou-se uma oportunidade de ouro os bancos e financeiras, que encontraram uma "mina de ouro". De acordo com essa teoria, talvez o governo tenha criado uma armadilha contra si próprio: até que ponto o brasileiro deixará de contrair novas dívidas, já que, em teoria, as dívidas são de longo prazo e com parcelas pequenas?

Será que o consumo parcelado e através do crédito reduzirá a ponto de ter algum efeito sobre a inflação? Esta é a aposta. O ideal talvez seja buscar uma ação que incentive a formação de poupança e a criação de

novos hábitos financeiros, de maneira que todos entendam que o consumo indiscriminado eleva os preços e o endividamento.

Como fica a comida dos habitantes do planeta?

Na questão dos alimentos parece que qualquer ação interna será no sentido de amenizar o pior que ainda pode estar por vir, pois a tendência global ainda nos leva a crer que, com o crescimento dos países em desenvolvimento, mais pessoas terão o mínimo de condições para buscar alimentos diferenciados.

Da mesma forma que não existe nada 100% ruim — já que até das derrotas tiramos grandes lições —, quando falamos em economia também não existem situações 100% boas, já que são muitas as variáveis e suas conseqüências.

Assim, o único caminho duradouro passa pelo aumento da oferta de alimentos em nível mundial. Países como o Brasil, com

grande extensão de terra para cultivo, tendem a ser os grandes motores do agropênis assim que os países desenvolvidos compreendem que a alta dos alimentos pode se tornar assunto de segurança nacional.

E os tais subsídios?

Não dá para tratar a questão dos subsídios agrícolas como uma tática nacionalista, pois, cabe ressaltar, o problema é mundial. A situação da inflação atual está muito longe da que observamos na década de 80. Aliás, alguns índices já apontam para a desaceleração em alguns setores. O dragão pode voltar a dormir (é isso que todo mundo quer), mas é grande o risco do sono ser leve.

* Consultor financeiro, editor de economia do site Dinheirama

Artigos para a coluna Idéias: artigos@diariodocomercio.com.br